

Resenha

Julia Nishio* Bruno Andrade Teixeira**

COSTA, Renatho e TRAUMANN, Andrew (org.) **República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. ISBN: 978-65-5531-062-7.

A República Islâmica do Irã, nos últimos 40 anos, se consolidou no cenário regional e internacional como um ator relevante, não apenas pela influência política, mas também pelos aspectos relacionados à sua situação econômico-política, de desenvolvimento de tecnologias nucleares e questões socioculturais e religiosas. A Revolução de 1979 fincou definitivamente esse país no centro do mapa geopolítico regional e seu processo histórico desde então tem sido marcado por fases mais fechadas e outras com tendências mais liberais em relação ao Ocidente.

A coletânea, que tem como organizadores os professores Renatho Costa, da Universidade Federal do Pampa e Andrew Traumann, do Centro Universitário Curitiba apresenta textos de diversas autoras e autores que trabalham com a temática do Irã e sua Revolução, em diferentes abordagens. O livro aborda desde análises mais tradicionais sobre a influência da religião no processo revolucionário e a questão energética iraniana, até assuntos relacionados ao Irã na mídia brasileira e as mulheres na Revolução. Neste ponto, é importante ressaltar a variedade de perspectivas, que se convergem entre si e fazem que se tenha uma visão mais ampla e qualitativa de como foi a Revolução de 1979 e suas consequências para a sociedade iraniana, o entorno regional e o sistema mundial.

O primeiro capítulo coloca em xeque a visão ocidental sobre a República do Irã. Intitulado “O Irã na mídia, as percepções da revolução iraniana através das revistas Manchete e Veja (1971-1979)” e escrito por David Anderson Zanoni, o texto analisa como as duas revistas brasileiras retrataram a Revolução no antigo território persa. O autor examina como a mídia ocidental é capaz de gerar visões distorcidas sobre determinado fato

* Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (PPGSID-ESG). (julia.nishio@hotmail.com).

** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (brunoteixeira.aluno@unipampa.edu.br).

e como isso implica sobre as culturas do Oriente Médio. Zanoni argumenta como a grande mídia consegue influenciar as massas, formando a opinião pública dessa população, listando uma série de reportagens de ambas as revistas como fonte de argumentação. Deste modo, é apresentada uma reportagem da revista Manchete em que fica claro a preferência da revista pela Revolução do Xá e ainda, apresenta o xiismo como um “fanatismo retrógrado”, muitas vezes aludindo o xiismo como uma forma de retrocesso. Além disso, a mesma revista oculta informações e distorce outras conforme seus interesses. Ademais, após a Revolução de 1979, a revista Veja — ao retratar o incêndio no cinema em um momento de tensão política dentro do Irã —, refere-se ao ato com duas hipóteses: a) poderia ser uma armação do próprio Reza Pahlavi, o qual poderia usar disso como incriminação da oposição xiita; ou b) traz fortemente a aversão da revista aos muçulmanos xiitas, quando ela diz que poderiam ter sido os “delirantes” muçulmanos xiitas.

Neste sentido, para o autor, as revistas apresentam a religião muçulmana, da ala xiita, como um fator catalisador das ações violentas, e o fundamentalismo não é um fator puramente islâmico, é um fator global em resposta aos problemas modernos e que seu conceito nasceu no ocidente, mais precisamente nos Estados Unidos pelos protestantes. O autor ressalta que realmente, conforme mostram as revistas, a religião e a questão política no Irã estão em constante vinculação, mas colocar as agressões da oposição contra o governo como ato por causa da religiosidade é uma forma de distorcer a realidade dos fatos, desconsiderando as reais razões dos possíveis ataques.

O segundo capítulo traz a abordagem sobre a influência da religião no processo revolucionário, da autora Patrícia Simone do Prado, que evidencia os cinco pilares que fundamentam a religião. O Islã surge como um vinculador entre a vida política e religiosa do indivíduo, isto é, conforme a autora, desde a raiz da religião, quando a fragmentação e releitura de determinados preceitos foram sendo feitos, como a questão relacionada a sucessão da liderança da Ummah após a morte do Profeta. Desta maneira, o capítulo analisa a influência do xiismo e seus aspectos como elementos que ajudaram no despertar da Revolução Iraniana. O xiismo tem como características a racionalidade (relacionando fé e razão), a espiritualidade e a justiça — esses elementos, desde que não danifiquem a fé, podem servir para o diálogo com o contexto atual. Além disso, um dos cinco pilares do Islã, a justiça, tem se estendido para outro entendimento, que busca uma justiça também social.

“De Sayyeda Zayanab às Basijis: a atuação feminina na preservação da Revolução Islâmica de 1979”, de Karina Arroyo, é o terceiro capítulo do livro e coloca em evidência a participação das mulheres muçulmanas no processo revolucionário. Fica evidente o marco da Tragédia de Karbala, a qual se inspira a cerimônia da *Ashura* e apresenta a figura de Zaynab Al-Kubra, irmã de Hussein, a qual é atribuída a origem da expressão do luto. A *Ashura* possui partes da sua cerimônia voltadas à teatralização, narrações reflexivas (elucidação de memórias), performances, entre outros elementos vinculados à mulher. Tal ritual, portanto, tem sua origem na mulher, sendo este ritual um símbolo de manutenção da identidade e da memória coletiva. A autora traz ainda que esta cerimônia xiita mesmo diante da variação de governos e seus limites, manteve-se presente nas populações xiitas do Oriente Médio, mantendo vivo, por conseguinte, os ideais de Revolução propostos por Hussein.

Não só os homens, mas também as mulheres camponesas estavam entre os manifestantes pró-Khomeini, ocorrendo depois de diversos conflitos e protestos, no dia 1º de abril de 1979 a proclamação da República Islâmica do Irã. A atuação feminina apresenta-se novamente na busca pela manutenção do ideário vivo de Revolução, sendo que em setembro de 1979 as mulheres lançam-se na Cruzada para Reconstrução (*Jihad-i Sazandegi*). Este ato surgiu de um incentivo às mulheres a levantar-se para Deus, seja com seus companheiros seja isoladamente, a partir de um verso, *Qur'an*. Neste ponto, a autora traz uma forte argumentação quanto à vinculação da religião ao ativismo político da mulher no contexto revolucionário. E hoje, mais do que isso, atuam como resistência à tendência ocidental de secularização e leitura euro-américa centrada do conceito de feminismo e liberdade.

Já o quarto capítulo é apresentado por Mário de Oliveira Albuquerque e Murilo Sebe Bom Meihya, intitulado “Sagrada escritura: a Constituição Nacional na formação do Irã Contemporâneo”. Com a Revolução Iraniana, Khomeini e seus aliados deveriam consolidar a Revolução e estabilizar sua liderança, sendo assim, a Constituição de 1979 seria uma forma de concretizar essa dinâmica. Isto baseia-se no fato de que após a Revolução, diversos grupos estavam prontos para tomarem o poder, sendo que seus ideais nem sempre eram convergentes. Khomeini buscava formar um governo islâmico, que tivesse como inspiração o ativismo político do xiismo duodécimo. A ideia de Constituição de Khomeini

foi aceita, incorporou-se o Alcorão e a lei do Islã, inclusive os códigos penais e civis. Ademais, apesar de dar grandes poderes ao líder, o texto abrigava uma série de conselhos e assembleias, as quais foram predominantemente ocupadas pelo clero duodécimo. Os autores afirmam que a Nova Constituição do Irã, de 1979, buscava também recuperar a posição central do clero na política nacional. Posteriormente os autores trazem os artigos da Constituição.

O capítulo “Da Guerra Contra o Iraque ao Programa Nuclear: 40 anos de Política Externa Iraniana”, dos autores Andrew Traumann e Devkub Biezus, inicia-se com o contexto da guerra do Iraque, em setembro de 1980, quando Saddam Hussein invadiu o Irã sob o pretexto de repúdio ao acordo de Argel (o qual definiu o limite de territórios do Irã e do Iraque). Hussein reivindicava um canal de 200 quilômetros ao redor dos rios Tigre e Eufrates, o que possibilitaria uma saída para o mar para o escoamento da produção de petróleo iraquiana. A relação dos dois países era relativamente pacífica após 1979, porém com a saída de Bazergan as relações foram se deteriorando. Neste mesmo enredo, um grupo radical iraniano, chamado Ad-Dawah cometeu um atentado contra o Ministro de Relações Exteriores do Iraque; em contrapartida, o governo do Iraque fez uma série de retaliações ao Irã, entre elas a deportação de xiitas do país.

Já nos anos de 1980, começaram as hostilidades, pois os dois lados possuíam interesses em conflito: o Iraque desejava, além da saída ao mar, ser o mais importante ator no Oriente Médio, achando que essa seria a melhor oportunidade, pensando que o Irã pós revolução estaria caótico; já o Irã de Khomeini percebia a guerra como uma maneira de unir a população em torno de um objetivo comum, já que após a Revolução havia grupos na disputa pelo poder. Durante a guerra o Irã mostrou-se não estar despreparado como o Iraque acreditava, além disso com ofensivas contra navios petroleiros e portos do Golfo Pérsico ocorreu interferência externa. O Irã conseguiu fazer o Iraque regressar às suas fronteiras originais. Os autores trazem que a relativa igualdade entre as forças, mesmo com um Irã ainda desordenado, era o uso da religião e de um objetivo comum como forma de fazer os cidadãos iranianos lançarem-se à guerra, muitas vezes sabendo que seria uma guerra só de ida. Em 1988, ambos os países aceitaram a Resolução da Organização das Nações Unidas e as fronteiras ficaram praticamente inalteradas. Além do que, durante a invasão norte-americana no Iraque, houve mais espaço para atuação do Irã na região. Vale ressaltar o jogo

de poder no Oriente Médio, onde há uma disputa por influência (visível, por exemplo, no apoio a forças não estatais, como o Hezbollah no Líbano) e busca por ser o principal ator entre os países da região. Neste sentido, as disputas com Iraque e Arábia Saudita são sempre percebidas no histórico dos países.

Igor Fuser afirma que o petróleo corresponde a 80% das exportações iranianas, sendo desta forma a principal fonte de renda do país no capítulo intitulado “Petróleo iraniano, da pilhagem britânica ao bloqueio estadunidense”. O autor contextualiza como o petróleo iraniano é cobiçado, fazendo com que o país sofra constantes turbulências no cenário internacional por causa da importância do bem para os países do centro: desde o domínio britânico, passando pelas revoltas e estatização, com a criação da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo, a entrada na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, até a eleição, em 2005, de Ahmadinejad. Todos estes eventos tiveram tentativas de influências externas, principalmente de Estados Unidos e Grã Bretanha, os quais não mediam esforços para desestabilizar o país e fazer com que o petróleo ficasse em suas mãos. Todas as restrições impostas, como sanções econômicas (como a política estadunidense de que as empresas não só nacionais mas também estrangeiras não poderiam negociar com o Irã sob risco de punição) acabaram ocasionando déficits para o Irã, o qual não conseguia exportar seus insumos nem conseguir investimentos para a exploração do seu petróleo. Atualmente, o Irã consegue manter certa exportação, graças às importações russas, chinesas, indianas e mesmo japonesas dos insumos petróleo e gás natural, porém desde a Revolução de 1979 as restrições norte-americanas ao país vem tensionando cada vez mais.

O capítulo posterior chama-se “Sem Possibilidades de Sucesso: o surgimento de um sistema político que não pode dar certo”, escrito por Renatho Costa, e aborda questões principais sobre o real motivo do Irã ter sido excluído do sistema internacional desde a implementação da Revolução Islâmica e o porquê do receio de que seu sistema político possa atender às necessidades do povo iraniano. O autor contextualiza o processo histórico iraniano, desde o governo do Xá, a intervenção britânica e depois estadunidense. O Xá, além do desperdício de dinheiro público, também criticava a ala xiita, ao falar sobre o afastamento do xiismo retrógrado. Com os protestos, a deposição do Xá levou à Revolução Islâmica de 1979. Esta revolução já tinha como imaginário comum a busca pela autonomia

das potências da Guerra Fria, EUA e União Soviética. No âmbito interno haviam certas tensões entre religiosos e secularistas para saber quem ocuparia o poder, entretanto, os ideais de Khomeini foram os que ganharam vigor e deram rumo à Revolução.

Após a morte de Khomeini, depois de mudanças efetuadas pelo clérigo — já que líder deveria ser um marja —, foi eleito Khamenei. Nos anos 1990, houve a busca pela liberalização econômica para modernizar o Estado iraniano, entretanto EUA e Israel mantiveram as sanções. Internamente, a população pedia abertura do país, Khatami apoiava tal medida, porém o clero expressava que isso seria um modo de sujeição aos costumes ocidentais. Khatami como forma de tentativa de driblar a visão externa sobre o Irã lança o “Diálogo entre civilizações”, falando sobre respeito às diferenças, tal política foi adotada pela ONU. Todavia, com o 11 de setembro e a adição do Irã no “Eixo do Mal”, afastou a ideia proposta por Khatami e ganhou força a visão dos clérigos mais conservadores (que não viam com bons olhos a aproximação com o Ocidente).

Após o término do mandato de Khatami, em 2005, Ahmadinejad assumiu, com uma política mais agressiva e com discurso de não submissão aos EUA, argumentando sobre a necessária busca de alternativas no poder de barganha, nesse caso, o Programa Nuclear. Contudo, o desenvolvimento nuclear não foi uma boa alternativa para a economia, visto que provocou acentuamento das sanções ao país. Tensionando ainda mais, com pressões de Israel aos EUA, Barack Obama recuou e não reconheceu o Acordo de Teerã (entre Irã, Turquia e Brasil). Neste período internamente no Irã havia divisões entre reformistas e conservadores (dentro das discussões, estava a reafirmação dos costumes). Em 2010, Obama mudou as diretrizes da sua política externa e voltou a negociar com Irã, com o acordo entre o Conselho de Segurança mais Alemanha e Irã, mas com a chegada do governo de Donald Trump, aconteceu retrocesso nas negociações. Costa expõe que tanto EUA quanto Irã possuem interesses no Oriente Médio, o que gera continuamente a desestabilização da região.

Posteriormente, Ana Maria Raietparvar apresenta o texto “A Diáspora Iraniana em Constante Transformação: a Pluralidade de identidades na diáspora iraniana nos Estados Unidos, Europa e Brasil”, que analisa as migrações iranianas e suas peculiaridades. A autora aponta que a identidade do imigrante se transforma durante o caminho, na chegada ao país

de destino e na interação com as pessoas e com o novo ambiente, tendo, deste modo, uma reorganização da cultura. Além disso, a afirmação do que realmente é importante para aquele grupo e as relações entre o país de origem e de destino são determinantes para a reorganização e a forma como o grupo é visto. Os imigrantes iranianos não se organizam em uma comunidade iraniana, mas sim em redes separadas e fragmentadas, o que revela a diversidade de identidades desses imigrantes. Deste modo, as identidades compartilhadas antes da diáspora vão impactar na forma de reorganização no país de destino.

Os acontecimentos que levaram às diásporas iranianas foram: a Revolução Islâmica de 1979; a disputa entre liberais e clero pelo poder após a Revolução; e a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988). Os Estados Unidos é o país que mais recebe imigrantes iranianos depois do Oriente Médio. A autora afirma que os imigrantes iranianos nos EUA eram favoráveis ao governo do Xá, sendo que muitos deles vivem em lugares de classe alta no país de destino. Com a eleição de Trump e a política “Muslim Ban”, os imigrantes iranianos perderam direitos, como de receber familiares no país, o que gerou inclusive aumento da xenofobia. No que se refere à diáspora iraniana na Europa, o continente é o terceiro polo de maior atração desses imigrantes, sendo a Alemanha o principal país de destino (os imigrantes que tem a Europa como destino são cristãos convertidos que alegam perseguição no país de origem por parte do governo do Irã).

Na Europa, esses imigrantes promovem a manutenção das celebrações nacionais, mantendo seus símbolos. Entretanto, são diferentes rituais, mas que igual revelam a diversidade da identidade iraniana. Ademais, essas divisões por identidade religiosa mais as diferentes etapas em que saíram de seu país influenciam na sociabilidade no país de destino. No que tange à diáspora iraniana no Brasil, o país apresenta diferentes estimativas de iranianos no país, numa variação larga de 2 mil até 30 mil. Uma particularidades dos nacionais do Irã no Brasil é que a primeira grande chegada dos iranianos fora seguidores da Fé Bahá'í, na década de 1950, sendo que ainda hoje são maioria no país.

“O Cinema Iraniano Cada vez Menos Iraniano”, sob autoria de Celso Sabadin apresenta a introdução do cinema no Irã em 1900, com inauguração da primeira sala em 1904. Em 1925, abriu a primeira escola de cinema e o Irã produzia uma boa quantidade de longas metragens, porém os filmes das potências ofuscaram a produção iraniana no cenário

internacional. Em 1965 tal situação começa a mudar com o fomento das atividades culturais criado pelo Instituto para o Desenvolvimento Intelectual de Jovens e Crianças. Em 1969 é elaborado um Departamento de Cinema que depois fica conhecido por Kanun, que a partir desta data faz surgir uma gama diferenciada de filmes iranianos. Em 1965 o cinema iraniano começa a ganhar destaque internacional com o filme “A Vaca”. Já nas décadas de 1960 e 1970 o cinema iraniano começa a ser premiado, incluindo no Ocidente. Sua estética era baseada em uma linguagem poética, lírica, que fazia muitas vezes críticas sociais (levando há casos de censura pelo Xá). Entretanto, com a Revolução de 1979 e os novos ditames do novo modelo político-religioso confundiu o que poderia ou não ser feito para o cinema. As novas autoridades acabaram pedindo certificados para que os filmes pudessem ser lançados, o que dificultou a produção.

Além disso, salas de cinema foram nacionalizadas e houve fechamento de salas ao redor do Irã, além alterações nos nomes destas salas que eram de caráter ocidental. Toda esta falta de critérios de censura, a subjetividade e os empecilhos para a produção de longas acabaram fazendo com que cineastas abandonassem o país. Em 1986 foi lançado um Código de Princípios, com uma série de restrições desde insultos à religião, a revolução e as forças armadas até a não abordagem de temas como violência, prostituição, corrupção, além de cenas consideradas com origem estrangeira (roupas, falas costumes ocidentais). Além do aumento da burocracia, a queda do preço do petróleo, a Guerra Irã-Iraque, disputas no poder interno acabam gerando crise no setor cinematográfico. Nesse meio tempo, entretanto, a Kanun seguia aberta e atuante, tanto que no final dos anos de 1980 conseguiu dar frutos novamente mesmo sob censura. Isto porque os cineastas driblavam e deixavam as críticas imperceptíveis.

Esta volta do aumento da produção se dá pelo fato que com o não acolhimento de filmes estrangeiros, de Hollywood, abriu espaço para a produção local. Nos anos de 1980, portanto, há uma nova era de ouro do cinema iraniano, que ganham destaque no cinema internacional, fazendo uma releitura do neorealismo italiano. Entretanto, há uma volta do poder público influenciando mais ainda a Kanun, o que levou mais cineastas a saírem do país. Entre esses altos e baixos, nos anos 1990 e 2000 há um retorno dos frutos depois de políticas com certo teor de flexibilidade por parte do governo. Já em 2009 a censura retorna novamente, e o cineasta Jafar Panahi é preso, gerando comoção internacional, que leva a

uma prisão domiciliar. Por fim, o autor alega que o cenário cinematográfico atual, de *mainstream*, que possuem enfoque muito mais comercial, de consumo rápido, acabaram por ofuscar o cinema tradicional iraniano, que não consegue ainda se adaptar ao novo cenário. Nos anos 2000 há uma tentativa no governo de Khatami em modernizar o cenário da cinegrafia iraniana para que possa concorrer nos mercados ocidentais. Esta característica do século XXI acaba ocidentalizando a estética do cinema iraniano, gerando mais mercado internacional ao custo da estética tradicional do cinema iraniano.

O capítulo posterior traz um trabalho elaborado por Sérgio Abreu e Lima Florêncio, diplomata que estava em Teerã no período da Revolução Iraniana, em 1979. Este capítulo chama-se “Nascimento e Infância de uma Revolução Permanente” apresenta uma crítica inicial a Revolução, que foi marcada pela perseguição de cidadãos iranianos contrários ao regime. Também é ponderado o contexto externo e interno no Irã que proporcionaram a Revolução Islâmica, e aponta que talvez, caso não tivessem tais cenários, a Revolução não seria alcançada. É ressaltado que o Irã está sempre surpreendendo o mundo: ora com a nacionalização do petróleo ora com sua influência e se consagrando em guerras no Oriente Médio ora com seu Programa Nuclear já nos anos 2000, dessa forma o Irã apresenta-se como um ator sempre capaz de ameaçar a ordem internacional (comandado pelos EUA) e influenciar no rumo da história.

O autor aponta que o fundamento político-cultural-religioso foi o que inspirou os símbolos nacionais, que vão dar a identidade da Revolução e dos que a apoiam. Desta forma, exemplos como a pregação da ideologia da Revolução, adoração à figura de Khomeini, o discurso de anti-imperialismo, resgate da herança cultural (ameaçada pelo ocidente) foram símbolos que correspondiam aos anseios do povo iraniano. Tudo isso era um contraponto às políticas adotadas pelo Xá, como o apreço ao Ocidente. Os grupos internos do Irã não absorveram essa mudança cultural, o que abriu espaço para a Revolução Islâmica. Durante a Revolução diferentes grupos, classes, oposições aderiram ao movimento, formando uma aliança. Instituições, como o clero, tomaram as dores das classes e viraram antagonistas do Estado de Xá Pahlavi. Além disso, o detrimento de grupos importantes, como os Bazar (comerciantes), acabou culminando em alianças com o clero, dando força às movimentações.

O autor ainda relata outros fatores que proporcionaram a revolução, que foram: a política externa dos EUA, que não apoiaram líderes reformistas, o que inflou os anseios até um ponto insustentável; a repressão brutal do xá e a indecisão do Xá quanto à liberalização efetiva do regime; a neutralidade política das Forças Armadas Iranianas, o que abriu caminho para as manifestações; e a figura carismática e de liderança de Khomeini. Os líderes da Revolução queriam que os valores da Revolução, de origem xiita se tornassem universais e com o discurso inicial, acabou agradando a grande parte dos revolucionários, evitando, assim, divisões por um certo momento. Com o tempo, o clero ganhava mais vigor ao reafirmar o Islã, sempre auxiliado na figura de Khomeini. Para o autor, a utopia do xiismo universal levou ao fanatismo e à violência, eliminando os demais grupos da oposição, mesmo os que estavam juntos na Revolução. Neste meio tempo, a religião xiita duodécima se consolidou no governo. Florêncio traz que a Revolução Iraniana não se encaixa nos demais parâmetros de revoluções existentes, por ter um fator único de assimilação da religião e de não ser uma revolução de classes. Outrossim, o autor acredita que a Revolução não alcançou transformações sociais marcantes e a economia estava indo mal, com aumento da dependência das exportações do petróleo e abandono da reforma agrária. Mas mesmo neste cenário, o clero construiu mecanismos sociais que não permitiram destabilizações.

O penúltimo capítulo aborda “A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio (Obama e Trump): seu impacto no Irã em 2019 e 2020”, de Renatho Costa, Andrew Traumann e Devlin Biezus. O texto mostra que as recorrentes sanções prejudicaram demasiadamente a economia iraniana, como forma inclusive de manchar a gestão do país. Neste limbo de sanções, alternativas foram criadas, como o apoio a alguns países do Oriente Médio e relações com países com peso no Sistema Internacional, como China e Rússia. O medo dos EUA está que a expansão iraniana retire a sua influência na região, que é estratégica para os anseios norte-americanos. Depois de um histórico de sanções dos EUA, o governo Obama, em 2009, muda o discurso e fala em apaziguar as relações entre os dois países, com respeito mútuo e interesses mútuos (posteriormente nem tudo foram flores e o governo Obama recua em algumas propostas). Entretanto, com a pressão israelense, um grande acordo entre Irã, Turquia e Brasil não foi aceito pelos EUA, gerando incertezas no cenário internacional.

Posteriormente, Obama volta atrás e negocia no Conselho de Segurança um acordo de energia nuclear com o Irã. Desta maneira, com menos sanções econômicas o Irã tem uma melhora da sua economia. Com a eleição de Trump a situação piora, fazendo discursos agressivos às minorias e com discursos xenófobos. Trump afirma que os EUA devem punir os países que não trabalham com os EUA e que o país deveria se impor. Além disso, os Estados Unidos muitas vezes foram negligentes no Oriente Médio quanto a casos de assassinato de Estado e foi influenciado por seus parceiros (Israel e Arábia Saudita) na tomada de decisões. Em 2019, EUA saí do tratado nuclear e retoma sanções ao Irã, dando discursos muitas vezes sem provas dos fatos apresentados. Como forma de manter o *status quo* estadunidense, Trump proibiu que empresas negociassem petróleo com o Irã, o que gerou desvalorização da moeda iraniana, aumento da inflação e diminuição das exportações.

O Irã se nega a negociar o Acordo Nuclear, dando força novamente ao anti-ocidentalismo. Entretanto, há uma deterioração da economia iraniana e para melhorar a situação econômica e de desigualdades sociais, o governo iraniano aprova o aumento do preço dos combustíveis para aumentar a arrecadação, ação que gerou protestos no país, com repressão do governo e depois apaziguamento. Em 2020 uma nova tensão acontece entre EUA e Irã: Soleimani, um dos principais generais da Guarda Revolucionária sofre atentado e morre. Tal personagem era de extrema importância para a política externa iraniana, pois foi ele quem ajudou nas alianças com os xiitas do Iraque, Hezbollah e tinha o objetivo de remodelar o Oriente Médio a favor do Irã. Esta política proporcionaria o “arco de resistência”, o qual é caracterizado pelas alianças com Estados e grupos paramilitares de grande relevância na região, sendo as alianças: Síria, Iraque, Hezbollah e o Iêmen. Assim, encurralando também a Arábia Saudita, que é rival do Irã e parceira dos Estados Unidos. Isto tudo mostra o quão grande ator é o Irã no Oriente Médio e como ele é capaz de influenciar na geoestratégia da região, seja com alianças interestatais seja com alianças paramilitares.

O último capítulo, por fim, é uma entrevista com o sheik Rodrigo Jalloul, o qual vivenciou o cotidiano iraniano que engloba as temáticas dos demais textos. A questão central da entrevista é como a Revolução Islâmica se relaciona com a formação dos religiosos do Irã e seu papel social. Neste sentido, Jalloul expõe que a Universidade que frequentava era para estrangeiros e, desta forma, falavam que eles deveriam retornar aos

seus países para propagar por discurso a fé xiita e a revolução iraniana. Trazendo os discursos de Khomeini, cujo tom possuía valores universais. Ele também relata que no país é possível fazer críticas ao governo, mas não ao sistema revolucionário. Outro ponto interessante, é que autor relata que não é somente a preparação para difundir o Islã no país de origem, mas também a cultura iraniana. Assim, esses intercâmbios de estudos religiosos parecem também ser uma forma de *soft-power* (mesmo que ainda pouco eficientes vista toda projeção orientalista do Irã na mídia).

Dito isto, fica evidente que cada texto é complementado pelo outro, numa leitura fascinante e crescente em sua análise, que agrega vários elementos sobre a Revolução Iraniana, elementos estes que muitas vezes são ofuscados, distorcidos ou até mesmo ignorados pela mídia ocidental. Um ponto essencial é identificar a dimensão da influência geopolítica da República do Irã na região e mundo, que contrapõem aos interesses estadunidenses e de seus aliados. O livro apresenta múltiplas visões e argumentos sobre o Irã que nos fazem pensar: qual será o destino deste país que resiste com a sua Revolução e mais, qual será o destino da região nos próximos anos, pesando os demais países que possuem interesses no Oriente Médio? Os interesses extrarregionais (EUA, Grã Bretanha, China, Rússia) e os interesses do próprio Irã no Oriente Médio tem acentuado a desestabilização na região nos últimos anos, logo, compreender-se a fundo o papel iraniano nesse cenário (pelas questões domésticas e externas) é fundamental para o analista de Relações Internacionais, e o presente livro se torna uma espécie de manual, por abarcar textos de qualidade, com facetas e aspectos centrais desse processo, disponível ao público brasileiro.

Recebido em 1 de julho. Aprovado em 8 de julho.